

Entrevista

DIÁLOGO ABERTO COM KANAVILLIL RAJAGOPALAN (RAJAN)

Diógenes Cândido de Lima
(Org.)

Entrevistadores:

Evangeline Araújo
Gislene Almeida
Lorena Oliveira dos Santos
Luana Pereira
Mariza dos Anjos Lacerda
Simone da Silva Bispo
Warley José Campos Rocha

Introdução ao Diálogo

Diógenes Cândido de Lima: Venho, há algum tempo, juntamente com alguns colegas da Área de Língua Estrangeira e Literaturas – ALEL, ministrando a disciplina Introdução à Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira, para os alunos do curso de Letras Modernas do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, em Vitória da Conquista – Bahia. Essa disciplina foi acrescentada ao currículo, por ocasião da última reforma curricular in-

terna, e tem se mostrado de grande relevância para o desenvolvimento do conhecimento do estudo da linguagem voltado para os seus aspectos políticos, sociolinguísticos, culturais e para sua aplicabilidade na prática pedagógica, muito embora essa não seja a única função da Linguística Aplicada (LA), conforme costuma pensar muita gente, inclusive alguns estudiosos da própria área.

O fato é que hoje a LA não se limita à aplicação das teorias supostamente criadas pela Linguística Geral, tampouco se centra apenas nas questões de ensino e aprendizagem de línguas, principalmente, estrangeiras. Ela já se consolidou como uma ciência da linguagem, cujas metodologias e objetos de estudo possuem foro próprio e buscam dialogar com outras áreas do conhecimento, respeitando, todavia, as suas especificidades.

É justamente esse diálogo e esse respeito às especificidades e à ética acadêmica que temos encorajado em nossa sala de aula, na qual vêm acontecendo discussões sobre o uso da língua em situação do mundo real, bem como sobre a função social que as pesquisas vêm abordando nessa área. Daí o objetivo principal desta entrevista com o renomado linguista indiano, naturalizado brasileiro, Kanavillil Rajagopalan, da Unicamp, cuja trajetória tem sido marcada pela luta constante por uma linguística mais comprometida com o fato social, com as questões relacionadas ao planejamento linguístico, com as implicações éticas, ideológicas e políticas do nosso próprio trabalho, enquanto pesquisadores e professores de línguas. Enfim, pela busca de uma linguística que não nos faça falhar, mas que nos ajude na construção de uma visão crítica e de um posicionamento questionador e renovador dos nossos alunos, a fim de que eles possam relacionar e aplicar os conhecimentos aprendidos na academia – e fora dela –, com a realidade em que vivem no seu cotidiano.

Foi dentro desse contexto que surgiu a ideia deste diálogo com o ilustre professor Rajagopalan, que tão gentilmente aceitou o nosso convite para responder aos questionamentos dos meus alunos do sétimo semestre do curso de Letras Modernas, da disciplina Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira, após leituras e discussões em sala de aula, principalmente sobre o conteúdo do livro intitulado “Por uma linguística crítica:

linguagem, identidade e a questão ética”, de sua autoria, publicado em 2003 pela Parábola Editorial.

Assim, ao agradecer, imensamente, ao professor Rajagopalan, apresentamos, abaixo, após uma breve contextualização, a pergunta de cada aluno, seguida da resposta pelo convidado.

Perguntas:

Gislene Almeida: No mundo globalizado em que vivemos, estamos constantemente em contato com a língua inglesa. Podemos afirmar que, atualmente, é esta a língua “universal”.

Há vários países, além dos Estados Unidos e Inglaterra, como a África do Sul, Austrália, Jamaica dentre outros, cujo idioma oficial é o Inglês. Há, ainda, lugares em que este idioma é tido como segunda língua; e muitos outros, como o Brasil, em que o inglês é obrigatoriamente ensinado nas escolas, como principal língua estrangeira.

Sabemos, no entanto, que a língua modifica-se e adquire características próprias de lugar para lugar. Constata-se, portanto, que há “ingleses”, e não somente “o inglês”.

Porém, devido a questões políticas, econômicas, culturais etc., o inglês falado na América do Norte e Inglaterra era considerado o modelo “padrão” do ensino desta língua; isto é, falava bem o inglês aquele cujo léxico e pronúncia se aproximavam mais do inglês dos Estados Unidos ou da Inglaterra. A Linguística Aplicada (LA), no entanto, opõe-se a esse posicionamento.

Dessa forma, de acordo a LA., como o professor de inglês deve agir, uma vez que há tantos “ingleses”? Deve o educador seguir algum parâmetro que indique se o aluno aprendeu ou está aprendendo a língua inglesa? Qual parâmetro seria esse?

Kanavillil Rajagopalan: É preciso ter cuidado com o termo “universal”. A rigor, entende-se pelo termo algo que seja de ordem essencial ou imprescindível; isto é, sem o qual o fenômeno em questão – em nosso caso, a língua – nem se qualificaria como tal.

Por exemplo, “ser mortal” seria um atributo universal do ser humano, uma vez que um ser imortal dificilmente pode ser caracterizado como humano. O fato é que o mundo pode perfeitamente continuar como está sem o inglês. Em outras épocas, o lugar de inglês foi ocupado por latim, francês etc. Logo, o inglês não pode ser considerado universal nesse sentido.

Entretanto, há uma acepção menos rigorosa da palavra *universal* que talvez autorizasse o emprego da palavra feito na pergunta. Novamente, eu levantaria a seguinte ressalva: qual dos “ingleses”, aos quais a própria Gislene se refere, estaria em discussão aqui? A tentação de responder a pergunta, acenando para o poderio dos EUA na atualidade e consequente prestígio da variedade norte-americana, se esbarra no fato de que, sem sombra de dúvida, o que está se espalhando no mundo de hoje é algo que venho chamando de “World English” – isto é uma língua – ou se quiser uma “novolíngua” – que não tem dono e, por isso mesmo, pertence a todos. A hegemonia dos EUA não está garantida para sempre. Por outro lado, o fato de a China se encontrar em franca ascensão econômica e militar não garante, *eo ipso*, a substituição do inglês pelo chinês como língua de uso transnacional – o que demonstra a fragilidade de argumento de atribuir o prestígio de uma determinada língua à hegemonia do país onde a língua é usada como língua materna da maioria.

A preocupação com que variedade, ou se quiser, qual dos “ingleses”, o professor deve privilegiar deve ser descartada ou relegada a um segundo plano diante da urgência de colocar a questão de “comunicação” em primeiro lugar. Isto é, pouco importa qual variedade um determinado/a aluno/a acaba dominando; o mais importante é se ele/ela consegue ou não agir linguisticamente com desenvoltura, de “se virar” nos momentos certos. Afinal, o propósito mais central de língua é a comunicação entre as pessoas de diferentes procedências.

Evangelina Araújo: Levando-se em consideração o enorme debate que gira em torno da diferença entre teoria e prática, é possível perceber que, para muitos, a teoria é considerada como superior à prática. Inclusive, alguns autores acreditam que uma pode sobreviver sem a outra. Oakeshott (1991, *apud* Rajagopalan, 2003) “A pior de todas as ilusões que isso cria é [...] a ideia de que o conhecimento técnico não [seja] só superior, mas também anterior ao conhecimento prático. Cria-se [...] outra ilusão de que o conhecimento teórico de forma, digamos, latente ou “cristalizada” – quando, na verdade, é o conhecimento técnico que [...] surge como um “resumo da atividade concreto”[...]”. Em outras palavras, é impossível separar o conhecimento técnico do conhecimento prático, visto que, para que a prática exista é necessário que haja a teoria, e, para muitos, a teoria é considerada como um resumo da prática. Sendo assim, é notável a preocupação que a Linguística Aplicada possui em trabalhar com a realidade social, ou seja, com o que está além da teoria pura. Então, qual o caminho que a Linguística Dura poderia seguir para se tornar mais preocupada com questões voltadas para o social?

Kanavillil Rajagopalan: Em primeiro lugar, acho sua pergunta extremamente pertinente. Historicamente, a linguística, ou as primeiras reflexões linguísticas de grande impacto, surgiram da necessidade de lidar com problemas de ordem práticas no dia-a-dia. A monumental obra da gramática do Sânscrito intitulada *Ashtadhyayi*, da autoria de Panini, foi uma resposta à ameaça de que a língua em questão se pulverizasse em diversos dialetos, um incompreensível a outro, e dessa maneira, se redundasse na desintegração daquela nação, daquele país em construção. Ou seja, o fato é que a chamada Linguística Teórica nasceu das preocupações bem práticas, muitas delas de extrema importância política – e não ao contrário, como muitos acreditam erroneamente hoje em dia.

Quando insisto na urgência de a Linguística voltar às questões do dia-a-dia dos cidadãos, estou fazendo nada mais que pleitear um retorno às origens e estar fiel às metas

que os nossos antepassados tinham em mente quando faziam suas reflexões sobre a linguagem.

Warley José Campos Rocha: Professor Kanavillil Rajagopalan, é sabido que os pesquisadores que desenvolvem seus estudos calcados na Linguística Aplicada têm a preocupação de dar ao seu trabalho um caráter responsivo à sociedade, uma vez que eles partem de inquietações oriundas de práticas do mundo real. De acordo com um dos seus postulados no livro, *Por uma Linguística Crítica: Linguagem, Identidade e a Questão Ética*, de 2003, quando é discutida a relevância social da Linguística, sabe-se que: “[...] a própria discussão acerca dos compromissos éticos do pesquisador, a respeito da necessidade de se fazer uma linguística eticamente consequente, hoje se processa quase que exclusivamente na subárea denominada “linguística aplicada” [...]” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 46). Como é notado, esse texto, do qual a citação foi extraída, foi publicado há, aproximadamente, onze anos, um tempo considerável. Pressupõe-se, portanto, que houve mudanças no campo científico desde a sua publicação. Em sua opinião, na atualidade, os compromissos éticos do pesquisador ainda se recaem quase que exclusivamente sobre Linguística Aplicada (LA), ou, ao contrário disso, a Linguística Teórica (LT) tem se despertado para essa necessidade, também? Em caso positivo, quais elementos influenciam, ou influenciaram, para que a LT não sinta essa necessidade? E em caso negativo, processualmente, como se deu essa conscientização da LT face à necessidade de produzir estudos eticamente consequentes?

Kanavillil Rajagopalan: Antes de responder a sua pergunta, devo frisar que não sou adepto da distinção Linguística Teórica vs. Linguística Aplicada. Para mim, existe ou deveria existir, uma SÓ linguística. E ela deve se pautar em alguma relevância para as nossas vidas. A preocupação em fazer altas teorias é, no meu entender, um reflexo daquilo que caracterizo como um certo “complexo de inferioridade” que muitos entre nós, nas

áreas humanas e sociais, sentem em relação às exatas e biológicas, de uns tempos para cá. Tanto isso é uma verdade que muitos entre nós se orgulham ao dizer que a Linguística se aproxima de ciências pela cientificidade de suas análises e descobertas e de ciências biológicas por abordar a língua como fenômeno biológico, um atributo da mente humana. Essas mesmas pessoas querem se distanciar de qualquer preocupação com o social, preferindo deixar tais questões “periféricas” a um quintal chamado “Linguística Aplicada”, especialmente criado para dar um tratamento a essas questões “incômodas”.

Para mim, estamos vivendo uma época de crise aguda. A Linguística dita teórica (leia-se “sem preocupações da ordem prática”) se afastou da linguagem; está cada vez mais preocupada com a mente humana e cálculos de alta complexidade, sem qualquer vínculo com a vida como é vivida por seres humanos de carne e osso. Há alguns entre os praticantes dessa forma de pensar que se sentem incomodados com a total irrelevância de suas reflexões cada vez mais mirabolantes, porém nenhuma utilidade na vida real. No entanto, grosso modo, infelizmente, pouco se mudou. A caravana continua. Até quando, não sei!

Lorena Oliveira dos Santos: Partindo das seguintes citações: “[...] A linguística moderna ainda não conseguiu se desvencilhar da ideia de que as únicas mudanças que ocorrem ao longo da trajetória das línguas particulares devam-se a causas intrassistêmicas [...]” (RAJAGOPALAN, 2003, p.62)¹. “[Além disso], [...] o falante que o linguista quer celebrar é o falante ideal, não contaminado pelo contato com os outros, uma espécie de bom selvagem.” (RAJAGOPALAN, 1997^a, apud, RAJAGOPALAN, 2003, p.63).

Em contrapartida, considerando os seguintes pressupostos da teoria sociofuncionalista, uma corrente da linguística: “o Sociofuncionalismo surge como uma teoria, ou uma perspectiva teórica, na qual, a partir de um ponto de intersecção crucial – o interesse

¹RAJAGOPALAN, K. *A identidade linguística em um mundo globalizado*. In: *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003 p. 62-63

pela variação e mudança linguística, há o diálogo entre o Funcionalismo Linguístico voltado ao estudo da Gramaticalização (HOPPER, 1980; 1987; 1993. Heine, 1991. Givón, 1971; 1995) e a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972; 1994; 2001). Portanto, elencamos alguns princípios que emergem do diálogo entre a Sociolinguística e o Funcionalismo: (1) A consideração de que a linguagem constitua uma atividade sociocultural; (2) A percepção da dinamicidade constante da língua; (3) O reconhecimento da heterogeneidade linguística; (4) A prioridade à língua em efetivo uso; (5) A constatação da frequência de uso das variáveis linguísticas e, conseqüente, associação destas às variáveis sociais.” (SOUSA, 2014)

Podemos observar que, ao contrário das primeiras afirmações citadas acima, o linguista, que tem como suporte teórico o sociofuncionalismo, analisa a língua em uso, considerando os fatores sociais e acreditando em sua dinamicidade constante. Desta forma, acreditamos que a abordagem dessas primeiras citações sobre a linguística, generaliza um estudo formal a que algumas áreas da referida ciência não se restringem. Então, professor Rajagopalan, comente o porquê dessa generalização, pois sabemos que linguistas ancorados em disciplinas de fronteira se apoiam em outras áreas do saber que não estudam a língua por si só.

Kanavillil Rajagopalan: Há, conforme já reconheci em outros lugares, uma série de tentativas, todas merecedoras de elogio, de alargar o foco de atenções, de abordar a língua como um “fato social” em plenitude da acepção desse termo. Lembre-se que esse termo foi utilizado por ninguém menos que Saussure, o fundador da disciplina, inspirando-se nos ensinamentos dos sociólogos da época. Mas, infelizmente, o que se vê é que tais afirmações ficam somente na promessa, como no trabalho do próprio Saussure, que preferiu deixar de lado a questão social para se concentrar no construto chamado “signo”.

Os esforços empenhados pelos chamados “sociofuncionalistas” são muito bem-vindos, na medida em que procuram corrigir erros cometidos no passado. A verdade, po-

rém, é que, salvo no caso das gloriosas exceções como Monica Heller, sociolinguista Canadense, ainda persiste a tendência de erguer as novas reflexões como um adendo ao que já existe e foi herdado de esforços do passado. O que precisa é recontextualizar a própria tradição de pensar essas questões como sócio-historicamente determinadas e não como soluções trans-históricas. Conceitos como “língua”, “falante nativo de língua *x*” e por aí vai – todos eles conceitos básicos com os quais nos acostumamos a trabalhar com naturalidade, devem estar na mira de um questionamento profundo diante da percepção, já eloquentemente veiculada por estudiosos como Christopher Hutton e Joseph Errington de que não passam de construtos forjados e consolidados, principalmente no século XIX, atendendo-se às demandas geopolíticas da época.

Luana Pereira: Considerando o mundo globalizado em que vivemos e o papel da língua inglesa nesse contexto, aprender essa língua tornou-se uma necessidade que vai além de obter *status*, mas sim como algo essencial, tendo em vistas as demandas da sociedade. No entanto, o ensino de língua inglesa na escola pública do Brasil apresenta muitas falhas. E, apesar da maioria dos estudantes terem “contato” com a língua inglesa por cerca de sete anos, sua aprendizagem não é satisfatória. Assim, a maior parte da população convive com a língua inglesa, pois é nítida a sua presença e influência no nosso país, mas essa convivência ocorre de forma muito superficial. Qual a sua opinião quanto a essa situação?

Kanavillil Rajagopalan: O ensino da língua inglesa em nosso país está na situação em que está por uma série de fatores que a limitação de espaço não me permite elaborar a contento. O que posso dizer neste espaço bem limitado é que é preciso urgentemente conscientizar todos aqueles interessados no assunto, de uma forma ou outra, sobre as seguintes questões:

- a) Para que serve o inglês?
 - b) Que tipo de inglês devemos procurar dominar?
 - c) Como reconciliar a aprendizagem de uma língua estrangeira com os nossos interesses nacionais?
 - d) O que se espera de um(a) professor(a) de inglês?
-

Mariza dos Anjos Lacerda: É impossível negar o advento rápido do estrangeirismo em países globalizados, principalmente quando o idioma é o inglês. No Brasil, existe uma resistência de algumas pessoas a respeito dessa difusão, a ponto de se criar um projeto de Lei e levar para a câmara de deputados votar a favor do não estrangeirismo. Em outros países existe alguma similaridade a respeito disso? Como o estrangeirismo em outros países é visto pelos nativos, no que diz respeito à aceitação ou não? E qual o seu ponto de vista sobre a grande expansão do estrangeirismo, principalmente, da língua inglesa, nos países em que esse idioma é apresentado como língua estrangeira ou como segunda língua? Existe uma diferença para a aceitação desses estrangeirismos quando se trata de língua estrangeira e/ou segunda língua?

Kanavillil Rajagopalan: A resistência ao estrangeirismo existe em praticamente todos os países no mundo; o que muda de um país para outro é sua intensidade. Isso tem a ver com conceitos como língua, estado, nação etc. foram pensados no passado, chegando seu apogeu no século XIX. Afinal, foi nesse período que houve a confluência de uma série de fatores históricos. Foi, por exemplo, o período em que o colonialismo europeu atingiu seu mais alto nível de influência e expansão. Isso facilitou a demarcação e consolidação das fronteiras entre países e territórios colonizados e a imposição de línguas já homogêneas (ou melhor, higienizadas a contento dos colonizadores).

Daquela época para cá, muito já mudou no cenário geopolítico. Na Europa, o multilinguismo é hoje considerado uma virtude, não um problema. Há muito mais tolerância com o estrangeiro, sua língua, sua cultura.

Em relação à segunda pergunta, isto é, a relação com línguas que servem de segunda língua, você tem toda a razão. A relação é totalmente diferente. Há code-switching entre diversas línguas, como também hibridização crescente. Por conseguinte, palavras estrangeiras são “nativizadas” com frequência.

Simone da Silva Bispo: O senhor afirma que a Linguística Aplicada nada mais é do que pensar a linguagem no âmbito da vida cotidiana, sem a realização de grandes elucubrações, diferenciando-se da Linguística dita teórica. Com contribuições pertinentes para o ensino e aprendizagem de línguas, especialmente no campo de ensino de línguas estrangeiras, além de outras áreas do conhecimento, tais como língua pátria, tradução, ensino bilíngue, letramento e alfabetização, a disciplina que se encontra atualmente em pleno desenvolvimento usa a prática como próprio palco de criação e de reflexões teóricas. Nessa perspectiva, o que é ensinar Línguas Estrangeiras sob o viés da Política Linguística?

Kanavillil Rajagopalan: Não é a visão que predominava mesmo entre os linguistas aplicados até bem recentemente. Há ainda quem acredite que para o linguista aplicado cabe só tocar o segundo violão! Para eles, as áreas aplicadas devem se submeter às áreas teóricas incondicionalmente. A sua descrição, portanto, não é consensual mesmo entre os que se definem como linguistas aplicados.

Pessoalmente, tenho restrições às tentativas de opor prática à teoria em termos taxativos – como se a prática fosse tão antiteórica. Diria que uma boa prática sempre acarreta uma visão teórica robusta, ainda que de forma latente. A única diferença é que ninguém está interessado nas “elucubrações” teóricas sem nenhuma preocupação prática.

Estou de acordo com a parte final de sua pergunta. Ensinar língua estrangeira como parte de uma proposta política significa, antes de mais nada, contemplar o discente

como um cidadão e o ensino como um exercício de cidadania. Não se trata de simplesmente insuflar um certo tipo de nacionalismo que, diga-se de passagem, não tem mais lugar algum em nosso mundo globalizado. Mas, o importante é jamais perder de vista os interesses de coletividade. A pergunta norteadora sempre deve ser: o que, afinal, a sociedade tem de ganhar, quando os cidadãos se dedicam ao estudo de línguas estrangeiras?

Encerrando o diálogo

Diógenes Cândido de Lima: Podemos perceber, por meio das perguntas aqui elaboradas, e das respostas a elas apresentadas, que o campo da Linguística Aplicada tem um caráter multifacetado e se caracteriza como uma área inter, multi e (in)disciplinar, com abertura para um diálogo promissor, principalmente com outras ciências sociais e humanas, muitas das quais foram abordadas nesta entrevista. Fica evidente, com base no diálogo aqui travado, que a LA tem como um dos seus principais objetivos buscar respostas para as questões em que a linguagem desempenha um papel fundamental na construção do saber e nas configurações sociais e étnicas que constroem e desconstroem a realidade linguística, sócio-histórica, sociopolítica e acadêmico-pedagógica em que vivemos.